



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Seção Judiciária do Estado do Acre são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei n. 200/1967, do Decreto 93.872/1986 e da Lei Complementar 101/2000. São observadas, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8.^a edição e o Manual do Siafi, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço patrimonial (BP);
- II. Demonstração das variações patrimoniais (DVP);
- III. Balanço orçamentário (BO);
- IV. Balanço financeiro (BF);
- V. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC); e,
- VI. Notas explicativas.

Considerando o objetivo principal das DCONs é fornecer informações sobre a gestão do patrimônio e contribuir na prestação de contas da gestão orçamentária e financeira realizada no período em referência, os usuários podem encontrar informações sobre a situação patrimonial, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira da unidade.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da UG por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa a evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

O Balanço Orçamentário objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, ou seja, as entradas e as saídas de recursos durante o período e o resultado desse fluxo, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que este último não se aplica à Justiça Federal da 1.^a Região. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

Para garantia da confiabilidade das demonstrações contábeis, são executados controles e verificações regulares com escopos específicos, abrangendo os lançamentos e procedimentos contábeis considerados relevantes e de maior risco de comprometimento das informações. Para tanto, a setorial contábil adota padrões compatíveis com as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, pela Secretaria do

Tesouro Nacional e pelo Conselho da Justiça Federal. O resultado das análises das demonstrações financeiras e demais relatórios do Siafi é evidenciado na conformidade contábil mensal realizada pelo Sad-Nucaf, de acordo com os procedimentos descritos no Manual do Siafi, Macrofunção 02.03.15 - Conformidade Contábil. O procedimento visa a assegurar a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações constantes do Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira, no qual são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Nota 1 – Caixa e equivalentes de caixa

O item “Caixa e equivalentes de caixa” compreende o somatório dos valores disponíveis a título de limite de saque da conta única, bem como em bancos, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Nos recursos oriundos da conta única do Tesouro Nacional, diferenciam-se os valores já comprometidos com ordens de pagamento emitidas no exercício (restos a pagar processados) daqueles ainda não vinculados a obrigação específica. Há, ainda, os valores em demais contas na Caixa Econômica Federal, representativos de depósitos de terceiros, dados em garantia contratual na modalidade caução, nos termos do inciso I, § 1.º, art. 56 da Lei 8.666/93.

Conforme evidenciado na tabela a seguir, as disponibilidades tiveram redução de 26 %, em comparação com as disponibilidades de 2022.

Tabela 1 – Disponibilidades financeiras

	2023	2022	AH%	AV %
Limite de saque com vinculação de pagamento – OFSS	1.385.236,71	1.877.521,67	-26,22	99,63
Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento – OFSS	141,79	10.279,04	-98,62	0,01
Demais contas - Caixa Econômica Federal	4.952,81	4.503,45	9,98	0,36
Total	1.390.331,31	1.892.304,16	-26,53	100,00

Fonte Siafi

Conforme detalhamento, os recursos disponíveis na conta de limite de saque e demais contas foram no montante de R\$ 1.390.331,31, destina-se ao pagamento das obrigações pendentes em empenhos a liquidar e à quitação de depósitos de terceiros. Já os recursos na mesma conta, no subgrupo ordem de pagamento, referem-se a pagamentos já realizados e autorizados, porém não efetivados em ordens bancárias ainda no exercício de 2023, ou seja, o total foi inscrito em restos a pagar processados.

A conta 11111.19.03 - Demais contas - Caixa Econômica Federal, fechou o exercício com uma diferença de R\$ 303,08 a menor do valor constante no extrato bancário de dezembro. (Orientações contábeis 19746604, 19782621, 19746758 e 19781354). Houve atualização dos valores no Siafi conforme extratos bancários em janeiro (12/01/2024).

A movimentação de recursos oriundos da Conta Única do Tesouro Nacional observa o Manual Siafi, Macrofunção 02.03.05.

Nota 2 - Créditos a curto prazo

Os créditos de curto prazo representam os adiantamentos de despesa de pessoal, créditos a receber de pessoal, decorrentes de infrações contratuais e créditos a receber por cessão de áreas públicas.

Tabela 2 – Créditos a receber de curto prazo

Crédito de curto prazo	31/12/2023	2022	AH(%)	AV(%)
13 Salário - Adiantamento	0,00	58.513,64	-100,00	

Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	21.763,96	15.120,08	43,94	8,80
Adiantamento Auxílio-Alimentação	172.948,85	131.299,72	31,72	69,95
Cred a rec decor de infra leg e contratuais	1.004,33	0,00	100,00	0,41
Cred a rec por cessão de áreas públicas	39.006,76	2.535,95	1.438,15	15,78
Crédito a receber de acerto financeiro c/ servidor/ex servidor.	12.506,73	7.619,91	64,13	5,06
Total	247.230,63	215.089,30	14,94	100,00

Fonte: Siafi

Conforme demonstrado o adiantamento auxílio-alimentação representa a maioria dos créditos a receber, representando 69,95% dos créditos a receber de curto prazo. O valor refere-se a despesas de auxílio-alimentação pagas na folha de dezembro, de competência janeiro de 2024.

Também houve adiantamento de Férias pagamento antecipado de servidores com período aquisitivo de Janeiro de 2024.

Conforme a Resolução CJF 221, de 19 de dezembro de 2012, o servidor pode requerer o pagamento antecipado da remuneração líquida mensal do período de férias, quando usufrui o primeiro período de férias, ocorrendo a compensação em duas parcelas. Os valores serão baixados em 2024, pela compensação do adiantamento concedido.

O Crédito a receber de acerto financeiro com servidor/ex-servidor houve acréscimo de 64,13% em comparação ao exercício de 2022.

A conta contábil 11381.16.00 - Crédito a receber de acerto financeiro com servidor / ex-servidor deveria totalizar em dezembro de 2023 R\$ 13.031,34, pois o adiantamento de 13º salário não foi compensados totalmente em 2023, conforme informação Sepag 19812330. O registro do crédito a receber de R\$ 524,61, ocorreu somente em janeiro de 2024, após fechamento do exercício, conforme documento 19873499.

Nota 3 – Estoques

Os estoques são mensurados pelo valor de custo, que compreende o preço de compra e demais gastos de aquisição. Na saída do estoque, os valores são baixados calculando-se a média ponderada dos preços de aquisição. Os bens de consumo adquiridos ou produzidos destinam-se ao consumo e manutenção das atividades das unidades administrativas.

Tabela 3 – Bens no almoxarifado

		2023	2022	AV(%)	AH(%)
Gêneros de alimentação	07	9.578,57	12.655,22	1,69	-24,31
Material químico	11	3.798,50	5.791,50	0,67	-34,41
Material de expediente	16	73.446,07	80.930,51	12,94	-9,25
Material de tic - material de consumo	17	89.628,51	98.190,94	15,80	-8,72
Material de acondicionamento e embalagem	19	18.735,88	19.405,95	3,30	-3,45
Material de copa e cozinha	21	13.031,63	6.821,60	2,30	91,03
Material p/ manut.de bens imóveis/instalações	24	57.796,30	61.775,90	10,19	-6,44
Material p/ manutenção de bens móveis	25	68.160,78	69.306,66	12,01	-1,65
Material elétrico e eletrônico	26	217.075,79	224.860,87	38,26	-3,46
Material de proteção e segurança	28	9.529,11	10.169,37	1,68	-6,30
Material para comunicações	30	3.494,99	4.384,69	0,62	-20,29
Material de sinalização visual e outros	44	238,00	597,8	0,04	-60,19
Bandeiras, flamulas e insígnias	50	2.897,32	4.434,90	0,51	-34,67
Total		567.411,45	599.325,91	100,00	-5,33

Os itens Material elétrico e eletrônico representa 38,26% do total do almoxarifado, Material de tic - material de consumo e Material de Expediente, com percentuais de 15,80% e 12,94% respectivamente.

Nota 4 – Imobilizado

O Imobilizado da Seção Judiciária do Acre é composto de Bens Móveis e Bens Imóveis, conforme demonstrado na Tabela:

Tabela 4 – Bens móveis e imóveis

	2023	2022
IMOBILIZADO	29.469.868,91	31.537.092,83
Bens Móveis	4.5834.09,21	4.018.364,93
Bens Móveis	9.845.872,63	8.713.560,43
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-5.262.463,42	-4.695.195,50
Bens Imóveis	24.886.459,7	27.518.727,90
Bens Imóveis	25.762.958,61	28.348.612,41
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-876.498,91	-829.884,51

Fonte: Siafi

Bens móveis

O Sistema utilizado para controle dos bens na Seção Judiciária do Acre, bem como todo o TRF1 é o Sicam, onde são realizados os controle das movimentações de material permanente, bem como a geração de termos de responsabilidade e demais controles.

A depreciação dos bens móveis é realizada de acordo com as Normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). O cálculo da depreciação são gerados automaticamente no sistema SICAM, utilizando o método das quotas constantes, e registrados mensalmente no SIAFI pelo setor de material e patrimônio - Semap, com o devido acompanhamento da contabilidade da Seccional. No decorrer do exercício é realizado o acompanhamento das contas de Bens Móveis, por meio de análise do RMB em comparação com os saldos registrados no Siafi e quando necessário solicitado os devidos ajustes.

A conta 12381.01.00 - Depreciação acumulada - Bens móveis, fechou o exercício com o valor de R\$ 6.038,28 a maior, a depreciação dos bens incorporados por cessão foi lançada no Siafi de forma duplicada em outubro (pelo registro do DH 2023PA000157) e em novembro (inserido na depreciação mensal do Sicam). Foram encaminhadas as Orientações contábeis 19805947 e 19743668, para ajustes dos saldos. Houve regularização do saldo da conta depreciação acumulada em 29/01/2024 conforme documento sei 19885796.

Tabela 5 - Bens móveis

	2023	2022	AV(%)
Aparelhos de medição e orientação	17.845,03	17.845,03	0,18
Aparelhos e equipamentos de comunicação	154.864,23	154.864,23	1,57
Equipam/utensílios médicos,odonto, lab e hosp.	17.012,35	17.012,35	0,17
Equipamento de proteção, segurança e socorro	407.274,14	366.289,14	4,14
Maquinas e equipamentos energéticos	259.022,55	259.022,55	2,63
Maquinas e equipamentos gráficos	1.911,80	1.911,80	0,02
Maquinas, ferramentas e utensílios de oficina	219,85	219,85	0,00
Equipamentos de manobras e patrulhamento	6.500,00	6.500,00	0,07
Equipamentos hidráulicos e elétricos	25.899,00	25.899,00	0,26

Maquinas, utensílios e equipamentos diversos	170.698,96	161.348,96	1,73
Equip de tecnolog da infor e comunicação/tic	4.911.475,63	3.860.898,13	49,88
Aparelhos e utensílios domésticos	125.773,13	102.204,41	1,28
Maquinas e utensílios de escritório	85.108,34	85.108,34	0,86
Mobiliário em geral	2.352.452,37	2.358.228,37	23,89
Coleções e materiais bibliográficos	106.829,53	106.829,53	1,09
Equipamentos para audio, video e foto	509.594,66	509.594,66	5,18
Obras de arte e pecas para exposição	8.818,01	8.818,01	0,09
Veículos de tração mecânica	663.294,00	663.294,00	6,74
Armamentos	16.807,02	3.200,04	0,17
Pecas não incorporáveis a imóveis	4.472,03	4.472,03	0,05
Total	9.845.872,63	8.713.560,43	100,00

Fonte: Siafi

Os bens móveis com maior representatividade são os de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação – TIC 49,88%, mobiliário em geral 23,89% E veículos de tração mecânica com 6,74%.

Tabela 6 - Bens Imóveis

	2023	2022	AH(%)	AV(%)
'= EDIFICIOS	24.799.439,56	25.569.439,55	-3,01	96,26
'= OBRAS EM ANDAMENTO				
'= INSTALACOES		1.815.653,81	-100,00	
'= BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	963.519,05	963.519,05	0,00	3,74
Total Bruto	25.762.958,61	28.348.612,41	-9,12	
* = DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS	-25.134,85	-6.652,41	277,83	
* = AMORTIZACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS	-851.364,06	-823.232,10	3,42	
Total Líquido	24.886.459,70	27.518.727,90	-9,57	100,00

Fonte Siafi

Os Bens Imóveis representado pelas contas: Edifícios e Benfeitorias em propriedade de terceiros, sendo que Edifícios R\$ 23.011.660,00 refere-se ao Edifício Sede da Seção Judiciária do Acre (Imóvel Próprio), e R\$ 1.787.779,56 refere-se ao Edifício da Subseção Judiciária de Cruzeiro do Sul (Imóveis de Terceiros - Cedido); as Benfeitorias em propriedade de terceiros, refere-se as Benfeitoria no Edifício-sede da Subseção da Judiciária de Cruzeiro do Sul/AC.

A Amortização das Benfeitorias em Imóveis de Terceiros vem sendo realizada mensalmente de acordo as Normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Em outubro de 2023 foi recomendado por meio da Orientação Contábil 19128702, cancelamento dos registros no SPIUnet dos RIPs Utilização referentes às áreas ocupadas pelos cessionários, sendo os valores cancelados deveriam ser acrescentados ao RIP de utilização principal do imóvel (0139 00173.500-6), de forma que não houvesse baixa patrimonial.

No entanto, ocorreu acréscimo ao RIP de utilização principal (0139 00173.500-6) apenas do "Valor do Terreno Utilizado" (R\$ 199.875,02) dos RIPs cancelados, tendo em vista que o "valor da Benfeitoria" (R\$ 770.000,00) não foi incorporado.

Dessa forma, houve baixa patrimonial de R\$ 770.00,00 no Siafi, haja vista que foi acrescido ao valor do RIP de utilização principal o valor de R\$ 199.875,03 em vez de R\$ 969.875,02. Foi encaminhada Orientação contábil 19366853 regularização dos saldos.

Nota 5 – Intangível

O ativo intangível é composto integralmente de softwares, segregados em softwares com vida útil definida e softwares com vida útil indefinida, conforme tabela.

Tabela 7 - Softwares

	2023	2022	AV(%)
Softwares com vida útil definida	66.293,28	66.293,28	52,37
Softwares com vida útil indefinida	60.293,90	60.293,90	47,63
TOTAL	126.587,18	126.587,18	100,00

Fonte Siafi

Os softwares de vida útil definida foram regularmente amortizados de acordo com o período de vigência dos contratos de direito de uso.

Nota 6 – Passivo circulante

O Passivo Circulante é composto basicamente pelos passivos de pessoal, Fornecedores a pagar e Provisões, segregados nos indicadores de superávit F – Financeiro e P – Permanente, relativos a obrigações financeiras liquidadas e em liquidação, bem como aquelas para as quais não havia orçamento no encerramento do exercício. Nesse grupo, estão incluídos, ainda, os depósitos e cauções, que são numerários de terceiros, dados em garantia de contratos administrativos, nos termos do inciso I, do art. 56, da Lei 8.666/1993, que são devolvidos ao fim da vigência do contrato.

Tabela 8 – Passivo exigível

PASSIVO	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE	4.248.790,25	5.082.394,10
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4.058.715,32	4.719.496,54
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	6.917,19	53.826,96
Provisões a Curto Prazo	74.382,28	303.000,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	108.775,46	6.070,60

Fonte Siafi

As provisões são valores estimados para as despesas médicas que serão cobradas em 2024, considerando que há um lapso entre a prestação de serviços e o faturamento. A área responsável estima a despesa, quando cobradas, as despesas são pagas como despesas de exercícios anteriores.

Nota 7 – Atos potenciais ativos

Os atos potenciais ativos é basicamente composto pelas garantias contratuais recebidas, nos termos dos incisos II (seguro garantia) e III (fiança bancária), art. 56, da Lei 8.666/1993. Essas garantias observam o prazo de vigência expresso nos instrumentos e são baixadas do Siafi após esse prazo.

Também estão incluídas as coberturas contratadas em seguros veículos para indenização na hipótese de ocorrência de sinistros.

Tabela 9 – Garantias recebidas – por tipo

	2023	2022	AV(%)
Apólices de seguros a executar	1.771.162,00	1.771.162,00	84,90
Seguro garantia a executar	314.904,33	339.116,73	15,10
Total	2.086.066,33	2.110.278,73	100,00

Fonte Siafi

Nota 8 – Atos potenciais passivos

Os saldos dos itens que compõem os atos potenciais passivos são os contratos em vigor com parcelas pendentes de pagamento.

Os direitos contratuais a executar compreendem os valores a pagar, conforme registros efetuados em contas de controle, nos contratos celebrados pelo JFAC, visando ao fornecimento de bens e prestação de serviços.

Tabela 10 – Contratos em execução

	2023	2022	AH(%)	AV(%)
Contratos de serviços	1.196.204,77	2.781.753,41	-57,00	69,77
Contratos de fornecimento de bens	518.311,06	1.140.134,14	-54,54	30,23
Contrato de alugueis				
	1.714.515,83	3.921.887,55	-56,28	100,00

Fonte Siafi

A conta contratos de serviços fechou com uma diferença de R\$ 3.820,00 a menor, por falta de registro de termo aditivo. Foi encaminhada Orientação Contábil 19770752 para regularização dos saldos. O registro foi efetuado em janeiro 12/01/2024 (19792594).

A conta Contratos de fornecimento de bens, fechou com saldo alongado de R\$ 95.782,00, decorrente de liquidação de despesa sem a indicação de contrato, dessa forma a conta contábil 81231.11.01=De Fornecimento de bens com Controle em Execução, não foi baixada pela liquidação. Foram encaminhadas Orientações Contábeis 19819272 e 19819493, a regularização ocorreu em janeiro de 2024 (19/01/2024, documento 19831883).

As obrigações contratuais pendentes em 31/12/203, estão compostas conforme tabela a seguir:

Tabela 11 – Principais contratos em execução em 2023 – serviços e fornecimento de bens

Contratados	objeto	2023	AV(%)
Serviço de água e esgoto de Rio Branco	Abastecimento de água e/ou esgotamento	256.796,25	14,98
Gold Service Vigilância e Segurança - Eireli	Vigilância armada SSJ-CZS	54.290,46	3,17
Energisa Acre - distribuidora de energia s.a	Energia elétrica	89.609,97	5,23
Rafael S. Silva	conservação e limpeza	108.103,88	6,31
FBX - serviços de segurança Ltda.	Vigilância armada - SJAC	221.660,88	12,93
Construmatos construções e terraplanagem Ltda	Apoio administrativo SJAC	61.069,59	3,56
Construmatos construções e terraplanagem Ltda	Apoio administrativo	41.609,40	2,43
Clinica Tião Viana Eireli	Serviços médicos	58.278,18	3,40
Empresa brasileira de correios e telégrafos	Serviços do Correios	77.631,94	4,53
Agem tecnologia distribuidora Ltda	Aquisição de Webcams	271.737,00	15,85
Ebenezer Eireli	Serviços técnicos de TI para a SJAC e SSJCZU	35.635,15	2,08
Asta Mobili Móveis Ltda.	Aquisição de mobiliário (cadeiras)	68.630,00	4,00
Demais contratos		369.463,13	21,55
Total		1.714.515,83	100,00

Fonte Siafi

Nota 09 - Transferências financeiras recebidas e concedidas

O quadro apresenta as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas decorrentes de transferências financeiras recebidas e concedidas.

Tabela 12 - Transferências e Delegações Recebidas

	Recebidas	Concedidas
Transferências e Delegações Recebidas	65.866.648,05	1.159.929,73
Transferências Intragovernamentais	65.799.941,27	1.096.645,43
Outras Transferências e Delegações	66.706,78	63.284,30

Fonte Siafi

Nota 10 – Pessoal e encargos, encargos, benefícios previdenciários e assistenciais

As variações patrimoniais diminutivas referentes à despesa sob o aspecto patrimonial nos subitens de pessoal representam os pagamentos efetuados a servidores ativos do Regime Próprio de Previdência Social, incluindo os benefícios concedidos a servidores, as sentenças judiciais, aposentadorias, pensões civis e os ressarcimentos aos órgãos de origem de servidores requisitados com ônus.

Tabela 13 – Pessoal e encargos patronais

	2023	2022	AH(%)	AV(%)
Remuneração a Pessoal	33.935.899,72	34.811.679,38	-2,52	60,92
Encargos Patronais	6.849.355,34	7.443.139,88	-7,98	12,29
Benefícios a Pessoal	2.627.677,78	2.068.662,44	27,02	4,72
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	963.441,66	979.068,15	-1,60	1,73
Aposentadorias e Reformas	8.775.381,02	8.033.259,14	9,24	15,75
Pensões	1.977.503,19	1.882.840,05	5,03	3,55
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	579.380,97	152.269,40	280,50	1,04
Total	55.708.639,68	55.370.918,44	0,61	100,00

Fonte Siafi

As despesas com Remuneração de Pessoal teve uma redução de 2,52% em comparação a 2022. Representando 60,92% do total de despesas com pessoal e encargos, benefícios previdenciários e assistências.

Nota 11 – Resultado Patrimonial

A demonstração das variações patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando provável a existência de benefícios econômicos ou potencial de serviços em favor das unidades, mensuráveis confiavelmente, implicando no recebimento de recursos ou incorporação de ativos.

As VPDs são reconhecidas quando é provável a ocorrência de decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos.

Tabela 14 – Variações patrimoniais aumentativas e Variações patrimoniais diminutivas

	2023	2022	AH(%)
Variações patrimoniais aumentativas	67.237.215,66	65.657.742,44	2,41
Variações patrimoniais diminutivas	68.736.516,22	64.177.698,65	7,10
Resultado patrimonial do período	-1.499.300,56	1.480.043,79	

Fonte Siafi

O resultado patrimonial do exercício de 2023 foi negativo de R\$ 1.499.300,56, demonstrando que as variações patrimoniais diminutivas superaram as variações patrimoniais aumentativas.

Nota 12 – Receitas

Não há registro de receitas no Balanço Orçamentário da SJAC, haja vista a metodologia adotada na elaboração do demonstrativo, a partir de contas contábeis não utilizadas nas UGs arrecadoras.

Os recursos recolhidos por meio de GRU, em geral, são transferidos ao Tesouro Nacional, a título de receitas, à exceção daqueles recolhidos a título de anulação de despesa e de depósitos judiciais e de terceiros, que permanecem na UG na conta de limite de saque.

Nota 13 - Despesas

No exercício de 2023 as Despesas Orçamentárias Empenhadas totalizaram R\$ 66.297.156,28, houve um aumento de 1,98% em comparação o exercício de 2022, uma vez que o valor empenhado em 2022 foi de R\$ 65.010.029,20.

Houve um redução significativo 85,31% com investimento, em 2023 as despesas empenhadas foram de R\$ 551.726,72 enquanto que em 2022 o valor empenhado com investimento totalizaram 3.756.643,55, uma vez que houve em 2022 contratação de empresa para Instalação de sistema de energia fotovoltaica no Prédio sede da Justiça Federal do Acre.

Tabela 15 – Despesas empenhadas

Despesas empenhadas	2023	2022	AH(%)	AV(%)
Pessoal e encargos	53.562.771,07	51.316.252,85	4,38	80,79
Outras despesas correntes	12.182.658,49	9.937.132,80	22,60	18,38
Investimentos	551.726,72	3.756.643,55	-85,31	0,83
Total	66.297.156,28	65.010.029,20	1,98	100,00

Fonte Siafi

Nota 14 - Gastos com Suprimento de Fundos

Não houve gastos com suprimento de fundos no decorrer do exercício de 2023.

Nota 15 – Restos a pagar

Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro. O conceito de restos a pagar relaciona-se aos estágios da despesa pública, representados pelo empenho, liquidação e pagamento. O empenho constitui o primeiro estágio de comprometimento da despesa pública, referente à reserva de dotação orçamentária para pagamento futuro de obras, serviços ou bens objeto de determinada contratação. A liquidação é o próximo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a entrega do bem e ou serviço objeto do gasto. O pagamento é o último estágio da despesa e resulta na extinção da obrigação, após o respectivo ateste.

Quando o pagamento deixa de ser efetuado no exercício do empenho, procede-se, então, à inscrição em restos a pagar, sendo então classificados como: restos a pagar processados e não processados. Nos não processados, incluem-se os empenhos em liquidação, que são aqueles em que já ocorreu o fato gerador, porém a Administração ainda não efetivou o devido ateste para a respectiva liquidação.

Os restos a pagar processados se referem a despesas empenhadas e liquidadas que ainda não foram pagas no exercício. Incluem-se nos restos a pagar processados os valores de ordens de pagamento geradas no último dia útil de dezembro cujas ordens bancárias foram geradas somente em janeiro do exercício seguinte, consoante calendário de emissão de ordens bancárias da Secretaria do Tesouro Nacional e funcionamento das instituições bancárias. Já os restos a pagar não processados se referem a despesas empenhadas mas ainda não liquidadas e conseqüentemente, não pagas até o final do exercício.

A execução dos restos a pagar por esta Seccional em 2023 está representada na quadro abaixo, houve execução de R\$ 2.045.588,84 e cancelamento de R\$ 401.380,61.

Segue abaixo tabela contendo resumo da execução dos restos a pagar em 2023.

Tabela 16 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Execução dos Restos a Pagar Não Processados					
Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
8.035,20	2.439.472,48	2.045.588,84	2.045.588,84	401.380,61	538,23

Fonte Siafi

Nota 16 – Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra a receita e as despesas orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. A apuração do resultado financeiro é possível ser identificado no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Verifica-se que o resultado financeiro de 2023 foi negativo em R\$ 501.972,85, considerando que os Ingressos (Transferências Financeiras Recebidas + Recebimentos Extraorçamentários) somaram R\$ 68.988.186,26 os Dispêndios (Despesas Orçamentárias + Transferências Financeiras Concedidas + Pagamentos Extraorçamentários) somaram R\$ 69.490.159,11.

Tabela 17 – Ingressos e Dispêndios

INGRESSOS	2023	2022	AH(%)	AV(%)
Transferências Financeiras Recebidas	65.799.941,27	64.545.355,45	1,94	92,83
Resultantes da Execução Orçamentária	65.467.506,04	64.365.029,21	1,71	
Repasse Recebido	858,00			
Sub-repasse Recebido	65.466.648,04	64.365.029,21	1,71	92,36
Independentes da Execução Orçamentária	332.435,23	180.326,24	84,35	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	327.332,48	176.544,99	85,41	
Demais Transferências Recebidas	2.525,75			
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.577,00	3.781,25	-31,85	
Recebimentos Extraorçamentários	3.188.244,99	3.544.897,36	-10,06	4,50
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	209.248,16	36.607,94	471,59	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.871.000,79	2.439.472,48	-23,30	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	16.453,36	64.433,66	-74,46	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.091.542,68	1.004.383,28	8,68	
Arrecadação de Outra Unidade	1.091.542,68	1.004.383,28	8,68	
Saldo do Exercício Anterior	1.892.304,16	612.002,41	209,20	2,67
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.892.304,16	612.002,41	209,20	
TOTAL	70.880.490,42	68.702.255,22	3,17	100,00

Fonte Siafi

DISPÊNDIOS	2023	2022	AH(%)	AV(%)
Despesas Orçamentárias	66.297.156,28	65.010.029,20	1,98	93,53
Ordinárias	56.430.285,57	55.093.930,01	2,43	
Vinculadas	9.866.870,71	9.916.099,19	-0,50	
Previdência Social (RPPS)	9.866.870,71	9.916.099,19	-0,50	
Transferências Financeiras Concedidas	1.096.645,43	1.114.598,54	-1,61	1,55

Resultantes da Execução Orçamentária		8.286,84	-100,00	
Sub-repasse Concedido	1.096.645,43	8.286,84	13.133,58	
Independentes da Execução Orçamentária	1.096.645,43	1.106.311,70	-0,87	
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		98.147,17	-100,00	
Movimento de Saldos Patrimoniais	1.096.645,43	1.008.164,53	8,78	
Pagamentos Extraorçamentários	2.096.357,40	685.323,32	205,89	2,96
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	2.096.357,40	152.404,24	1.275,52	
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.045.588,84	471.888,87	333,49	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	14.160,62	61.030,21	-76,80	
Saldo para o Exercício Seguinte	1.390.331,31	1.892.304,16	-26,53	1,96
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.390.331,31	1.892.304,16	-26,53	
TOTAL	70.880.490,42	68.702.255,22	3,17	100,00

Fonte Siafi

As Transferências Financeiras Recebidas, os sub-repasses Recebidos do Tribunal, fechou com o montante de R\$ 65.466.648,04, representam significativamente 92,36% dos Ingressos em 2023, em comparação ao exercício de 2022 teve um acréscimo de 1,71%.

Os Recebimentos Extraorçamentários registrados no Balanço Financeiro atingiram o valor de R\$ 3.188.244,99, correspondendo a 4,5% do total de Ingressos. As Despesas Orçamentárias registradas no Balanço Financeiro 2023, atingiram o montante de R\$ 66.297.156,28, com o percentual de 93,53%, correspondendo quase que a totalidade dos Dispêndios.

Os pagamentos Extraorçamentárias registradas no Balanço Financeiro atingiram o montante de R\$ 2.096.357,4 correspondendo a 2,96% do total de Dispêndios. O pagamento de Restos a Pagar Não Processados de R\$ 2.045.588,84 apresenta um aumento de 333,493% em relação o exercício de 2022.

Nota 17 – Ajuste de exercícios anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores compõem o item dos resultados acumulados do balanço patrimonial, que também é composto pelo resultado do exercício e pelos resultados de exercícios anteriores. As importâncias apresentadas no demonstrativo encontram-se compatíveis com aquelas apresentadas no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais.

A conta de ajuste de exercícios anteriores registra os efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os ajustes de exercício anteriores ocorridos em 2023 estão expostos na tabela:

Tabela 18 – Tipos de ajustes do patrimônio líquido

	Débitos	Créditos	Total
Incorporação de passivos	-473.550,63		-473.550,63
Baixa de passivos		248.775,66	248.775,66
Total	-473.550,63	248.775,66	-224.774,97

Fonte Siafi

Nota 18 - Apuração de Danos ao Erário

Não houve adoção de medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário no exercício de 2023, conforme informações PAe 0002624-07.2023.4.01.8001 , SJAC-SEMAP 19725349 , SJAC-SESUD-DIREF 19789811 e SJAC-SESUD-SECAD 19725250 .



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Freitas Marinho Cardoso, Analista Judiciário**, em 01/02/2024, às 14:34 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **19837017** e o código CRC **40201F2F**.
